

UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DE CONTINGÊNCIAS ONTOGENÉTICAS E CULTURAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Christian S. REIS¹
Evelyn S. GRUNEWALD²
Fabiola LAUXEN³
Maylla M. ABDALLA⁴
christianreis@fag.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa visou atender à proposta do trabalho de conclusão de curso de psicologia, abordando as variáveis ontogenéticas e culturais presentes na violência contra as mulheres. O estudo foi realizado sob o viés teórico da ciência analítico-comportamental e o objetivo foi compreender se os fatores ontogenéticos e culturais implicam na permanência das mulheres em relacionamentos abusivos. A pesquisa caracterizou-se como de natureza básica, de abordagem qualitativa, com o intuito de realizar uma interpretação sobre a violência contra as mulheres fundamentada nos relatos das mulheres vítimas de violência física e psicológica, visando também contribuir com a ampliação dos estudos acerca do tema. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado com quatro mulheres que consideram ser vítimas de violência física ou psicológica e que vivenciaram essa violência há pelo menos seis meses atrás. Como resultados, foram identificadas algumas contingências mantenedoras para a permanência no relacionamento abusivo, sendo elas, principalmente, estruturadas em torno da religião e da economia enquanto práticas culturais. Conclui-se que os resultados obtidos auxiliam na ampliação da compreensão acerca de alguns dos fatores ontogenéticos e culturais mantenedores da violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher. Seleção por consequências. Comportamentalismo radical. Análise do Comportamento.

¹Psicólogo Mestre em Análise do Comportamento, docente no Centro Universitário Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: christianreis@fag.edu.br

²Graduanda do 10º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: grunewaldevelyn@outlook.com

³Graduanda do 08º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: fabiolalauxen@hotmail.com

⁴Graduanda do 10º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: mayllaabdalla@gmail.com

AN ANALYTICAL-BEHAVIORAL INTERPRETATION OF ONTOGENETIC AND CULTURAL CONTINGENCIES OF VIOLENCE AGAINST WOMEN

Christian S. REIS¹
Evelyn S. GRUNEWALD²
Fabíola LAUXEN³
Maylla M. ABDALLA⁴
christianreis@fag.edu.br

ABSTRACT

The present research aimed to underline the proposal of the psychology course conclusion work, addressing the ontogenetic and cultural variables present in violence against women. The study was carried out under the theoretical perspective of behavioral-analytical science and the objective was to understand whether ontogenetic and cultural factors imply the permanence of women in abusive relationships. The research was characterized as basic in nature, with a qualitative approach, in order to carry out an interpretation of violence against women based on the reports of women victims of physical and psychological violence, also aiming to contribute to the expansion of studies regarding the subject. Data collection was carried out through a structured questionnaire with four women who considered themselves to be victims of physical or psychological violence and who had experienced this violence within at least six months. As a result, some contingencies that sustain the abusive relationship were identified, mainly structured around religion and economy as cultural practices. It is concluded that the results obtained help to broaden the understanding of some of the ontogenetic and cultural factors that sustain violence against women.

Keywords: Violence Against Women. Selection by consequences. Radical behaviorism. Behavior analysis.

¹Psychologist, Master in Behavior Analysis, Professor at Centro Universitário Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: christianreis@fag.edu.br

²Psychology course's 10th period academic at Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: grunewaldevelyn@outlook.com

³Psychology course's 08th period academic at Centro Universitário Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: fabiolalauxen@hotmail.com

⁴Psychology course's 10th period academic at Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - Cascavel, PR. E-mail: mayllaabdalla@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Comportamento constitui-se como campo científico de produção de conhecimento sobre o comportamento dos organismos, investigando as relações ocorridas entre organismos e os eventos do ambiente físico e social em que estão inseridos (TOURINHO, 2006). Um dos campos a ela pertencentes é nomeado de Behaviorismo Radical. De acordo com Skinner (1953), o Behaviorismo Radical não é apenas a ciência do comportamento humano, mas a filosofia dessa ciência. Nesse sentido, a Análise do Comportamento pode ser entendida como um conjunto de ideias científicas que têm como motor filosófico a filosofia do comportamento (BAUM, 2019).

O principal representante da Análise do Comportamento, B. F. Skinner (1904-1990), explica o comportamento dos organismos a partir de um modelo de três níveis de seleção por consequências, seguindo a linha darwinista da evolução das espécies (DARWIN, 1859; SKINNER, 1981). Os comportamentos, neste sentido, podem ser esclarecidos pelos níveis filogenético (1º nível), ontogenético (2º nível) e cultural (3º nível). O segundo nível de variação e seleção, denominado ontogênese, é compreendido como a história comportamental de cada indivíduo, sendo construído de acordo com as contingências individuais que modelam o comportamento operante (SKINNER, 1971, 1974, 1981).

A ontogênese elucida uma boa parte do desenvolvimento de repertórios comportamentais de cada indivíduo, sendo os reforçadores condicionados resultados da seleção ontogenética (BORGES e CASSAS, 2012). Na ontogênese, seres humanos realizam e modificam seu ambiente principalmente por meio das consequências dos comportamentos de outras pessoas (SKINNER, 1957). O que mantém tais comportamentos são as consequências reforçadoras presentes na própria comunidade, viabilizando o aumento da probabilidade de determinado comportamento voltar a ocorrer (SKINNER, 1957, 1974). É, portanto, através da ontogênese que se contextualiza uma cultura, porém essa não se limita àquela (SKINNER, 1981, 1989).

A cultura caracteriza-se como uma das variáveis de maior relevância no que diz respeito à manutenção da permanência das mulheres em relacionamentos abusivos (FREITAS e MORAIS, 2019). Skinner (1971) aponta que os fatores de prevalectimento de uma cultura são as práticas culturais da sociedade, ou seja: para que uma cultura seja fortalecida, é necessário que ela controle os participantes a transmitirem suas práticas para as próximas gerações. A cultura é transmitida, assim, por várias gerações, e a sua força dependerá do

repertório de cada pessoa, que pode ser também adquirido através das contingências educacionais.

Dentro destes aspectos culturais que influenciam significativamente o indivíduo, Skinner (1953) denuncia alguns tipos de agências controladoras (entre elas: as formas de governo, a religião, a economia e a educação) como grupos organizados que exercem um controle aversivo e/ou exploratório sobre seus membros, exercendo diferentes formas de poder em um sistema social (SKINNER, 1953).

Conforme argumenta Skinner (1953), agências controladoras são grupos organizados que dispõe de acesso a reforçadores a partir do controle reforçador negativo ou punitivo de seus membros. Dentre outras funções, as agências costumam definir os valores de uma cultura ou prática cultural (SKINNER, 1953, 1971). Desse modo, os reforçadores que aumentam a probabilidade de ocorrência de determinados comportamentos variam de acordo com os valores estabelecidos em cada cultura (SKINNER, 1971). Alguns estímulos são classificados como bons ou ruins de acordo com a cultura a que pertencem e, da mesma forma, alguns reforçadores e punidores são denominados bons ou ruins por meio das contingências de reforçamento culturais em questão (SKINNER, 1971). Um exemplo pode ser encontrado ao se analisar os padrões de gênero.

Mulheres que cresceram em um ambiente agressivo podem ter sido ensinadas (por meio de processos de reforçamento) a naturalizar agressões domésticas. Em outras palavras: se sofrer agressões tem caráter reforçador negativo em determinada cultura (pois está provavelmente associado ao livrar-se de algum outro estímulo punidor de maior magnitude como, por exemplo, “ser julgada” por sua comunidade por “abandonar o lar”), então será possível observar o comportamento de não procurar ajuda quando se vivencia uma agressão, uma vez que esse padrão já foi estabelecido em sua cultura e presumivelmente faz parte de seu repertório individual e familiar (BAUM, 2019).

Em vista disso, a dominação masculina pode ser considerada como uma forma de cultura, que envolve algumas práticas específicas (LAURENTI e FONTANA, 2020). Dentre elas está a violência simbólica, que é considerada como uma inferiorização das mulheres, e também está relacionada com as formas de atividades diferentes entre os gêneros, além dos padrões de beleza (LAURENTI e FONTANA, 2020). Esses comportamentos podem ser considerados como uma consequência da cultura e principalmente das agências controladoras, as quais proporcionam aos homens benefícios por serem organismos do sexo masculino (PEREIRA *et al.*, 2018). Além da violência simbólica, temos presente na sociedade outras violências contra as mulheres, como a física e psicológica (IMP, 2018).

De acordo com o art. 7º da Lei nº 11.340 de 2006, intitulada “Lei Maria da Penha”, são identificadas como violência contra a mulher: violência física, enquanto qualquer ação que tenha como objetivo ferir a integridade ou a saúde corporal da mulher; violência psicológica, caracterizada por ações ou omissões destinadas a controlar ações, comportamentos e decisões por meio de manipulações, ameaças, humilhações, isolamento ou outras atitudes que provoquem prejuízos à saúde psicológica; violência sexual, enquanto quaisquer ações que intimidem a mulher a presenciar, manter ou a participar de relações sexuais não desejadas; violência patrimonial, tais como ações de retenção e privação, extração, e/ou destruição parcial ou total de objetos; e a violência moral, como calúnias e difamações (JUSBRASIL, 2006).

No entanto, muitas das vezes as vítimas não se dão conta ou não conhecem as formas de violência psicológica, relatando apenas as violências físicas, desse modo, de acordo com Fonseca *et al.* (2012) a primeira violência realizada pelo agressor é a violência psicológica, que dá início a outras agressões, gerando um ciclo. Ademais, as consequências da violência psicológica podem ser muito maiores do que a física, uma vez que causam um grande sofrimento psíquico, implicando na saúde psicológica da mulher (FONSECA *et al.*, 2012).

Do ponto de vista de Sidman (2009), a violência é como uma forma de coerção e nela está presente o uso da punição e do reforçamento negativo. Skinner (1971) aponta que a coerção é um obstáculo para a liberdade: as pessoas, quando coagidas, não se sentem livres, visto que seu comportamento é decorrente das ameaças impostas por um controlador. Em outras palavras, o comportamento de ameaças feitas pelo controlador é reforçado pela resposta do controlado, o que torna possível que muitos relacionamentos sejam coercitivos (SKINNER, 1971). Isso pode ocorrer principalmente nos relacionamentos amorosos, como quando o controlador (geralmente o homem) passa a ameaçar o controlado (geralmente a mulher) por meio de agressões, sejam elas físicas ou psicológicas (BAUM, 2019).

A cultura e a ontogênese podem ter uma grande influência na crença que a mulher possui sobre a sua capacidade de sair da relação. A violência, tanto física como psicológica, pode ocasionar grandes traumas nos comportamentos das mulheres - entre eles, é possível citar o estado de choque logo após a ocorrência de episódio de agressão; além disso, pode ocasionar depressão, síndrome do pânico, estresse pós traumático e até mesmo tentativas de suicídio (PEREIRA *et al.*, 2018). Em vista disso, as mulheres podem apresentar dificuldades relacionadas à comunicação com os outros (PEREIRA *et al.*, 2018). Segundo Skinner (1957), o repertório verbal está relacionado com o autoconhecimento e o autocontrole, sendo eles consequências das relações sociais.

Cabe ressaltar que, diante desses aspectos, a vítima pode acabar emitindo comportamentos de fuga e esquivas, tais como o consumo de álcool ou outras drogas como forma de inibir os sentimentos referentes às agressões. A utilização de tais meios pode ser outro fator para que mulheres não busquem ajuda diante dessas situações. Medo ou vergonha da forma encontrada para se sentir aliviada das dores são comuns nesses casos, uma vez que em várias culturas essas substâncias são consideradas ilícitas, e passíveis de punições governamentais (PEREIRA *et al.*, 2018).

Finalmente, a tomada de decisão não é fácil. Segundo Skinner (1979), o processo de decisão pode ser finalizado antes mesmo de ser colocado em prática. As mulheres vítimas de violência são, geralmente, controladas por fatores como estado financeiro, sentimento pelo agressor, crenças religiosas, e outros aspectos ontogenéticos. Dessa forma, ao decidir sair desses relacionamentos ou se impor diante desses comportamentos agressivos, elas podem ser controladas pelos comportamentos que o agressor utiliza para manter a relação, tais como a troca de afetos e o pedido de desculpas.

Relacionando-se os conceitos de ontogênese e cultura diante a violência contra a mulher, pode-se pensar que ambos apresentam grande influência na manutenção dos comportamentos agressivos, e também, principalmente, na permanência das mulheres em relacionamentos abusivos. Assim, destaca-se a importância de se investigar sistematicamente os fatores que permeiam a sociedade e que podem ser mantenedores de um sofrimento psíquico e físico nas mulheres vítimas de violência psicológica e física.

Diante isto, o presente artigo representa os resultados de um trabalho de conclusão de curso do ano de 2021, cujo tema versa sobre as contingências ontogenéticas e culturais presentes no fenômeno diante a violência contra as mulheres. Justifica-se a escolha de tema e escopo da pesquisa a partir do gradativo aumento da violência contra as mulheres no Brasil. No ano de 2020, por exemplo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020) apresentou uma variação de 3,8% de ligações ao acionamento de emergência da Polícia Militar (190) registradas sob natureza de violência doméstica (147.379 ligações). Além disso, no ano de 2019, a variação de lesão corporal dolosa teve um aumento de 4,1%, sendo 69.202 casos exatos no Brasil.

Nota-se a existência de um conjunto de variáveis que interferem diretamente no comportamento das mulheres, aumentando, consequentemente, o seu sofrimento diante dessas violências. Logo, a observação dos repertórios presentes nesse contexto relacionados tanto aos comportamentos das vítimas quanto dos agressores é de suma importância. Assim, o objetivo

foi delinear uma interpretação analítico-comportamental acerca das variáveis ontogenéticas e culturais que podem manter as mulheres em relacionamentos abusivos.

2 MÉTODOS

O trabalho é de natureza básica, sendo elaborado a partir de um estudo descritivo, por meio de uma entrevista estruturada. Caracteriza-se, ainda, por ser uma pesquisa de campo seguindo uma abordagem qualitativa, com o objetivo de realizar uma interpretação dos fenômenos ontogenéticos e culturais fundamentada nos relatos das mulheres vítimas de violência física e psicológica.

2.1 PARTICIPANTES

O público definido para a pesquisa foi de (no máximo) 5 mulheres com faixa etária entre 18 e 50 anos. A entrevista foi realizada com 4 mulheres residentes em uma cidade no Oeste do Paraná, que seguiram o critério de inclusão, sendo vítimas de violência física ou psicológica e tendo passado por essa violência há pelo menos seis meses (devido a possibilidade de trazer conflitos provenientes dessa experiência), além de também assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

2.2 INSTRUMENTOS

Um dos instrumentos de pesquisa utilizados foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi aplicado em todas as participantes da pesquisa, sendo configurado em dois modelos, um para a entrevista presencial e outro para o modelo online, elaborado em função da pandemia de COVID-19.

Em seguida, como instrumento principal, para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado com duração de até duas horas, no qual baseou-se a entrevista, composto por quinze perguntas que buscaram compreender as variáveis ontogenéticas e culturais que controlam a permanência das mulheres em relacionamentos abusivos. Para tanto, os questionamentos atrelaram-se aos históricos familiares, valores pessoais, e fatores como religião, economia e política. Cabe ressaltar, além disso, a garantia do sigilo das informações das participantes, bem como o resguardo à sua identidade e imagem.

2.3 PROCEDIMENTOS

As pesquisadoras realizaram a busca das mulheres por meio do compartilhamento do convite à pesquisa em redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*. Primeiramente, as pesquisadoras explicaram nos chamados *status* (espaço de compartilhamento de informações amplo, rápido e de fácil acesso) destas redes sociais os conceitos de violência física e psicológica, seguidos da apresentação do objetivo da pesquisa (ressaltando a segurança do sigilo, bem como a importância e relevância deste tema), deixando, então, um instrumento facilitador de contato e coleta de informações fornecido pela própria rede social, denominado *caixa de resposta*, em que as participantes deixaram seus respectivos meios de contato. Posteriormente, houve a comunicação efetiva com as participantes, verificando os critérios de inclusão e exclusão. Por fim, foi realizada a seleção destas mulheres, e as pesquisadoras marcaram um dia e um local em datas distintas para a realização das entrevistas.

Sendo optado o local pelas participantes que garantiria sigilo, conforto e segurança, as presentes autoras e as devidas participantes se dirigiram até o local combinado. Após a acomodação no ambiente, houve a explicação de como se daria a entrevista, ressaltando novamente o objetivo e o sigilo, explicitando-se, também, que caso houvesse desconforto, o processo poderia ser interrompido, e as participantes poderiam desistir a qualquer momento.

Em suas respectivas entrevistas e de maneira individual, as pesquisadoras leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as participantes e recolheram as assinaturas, ressaltando que as informações coletadas ficarão guardadas, por no mínimo 5 e no máximo 10 anos, na casa de uma das pesquisadoras, em um local em que apenas ela tem acesso. Após a concordância em relação a tais procedimentos, foi dado o início efetivo à entrevista, sendo realizada a coleta de dados por meio de uma entrevista estruturada com variação de duração entre 30m e 1h.

2.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados fornecidos pelas participantes foram submetidos a uma interpretação analítico-comportamental, sendo possível identificar, através de seus discursos, algumas das contingências ontogenéticas e culturais que estão presentes em seus repertórios comportamentais, correlacionando estes com a permanência no relacionamento abusivo.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já descrito, a coleta de dados e os resultados a serem apresentados foram obtidos a partir da aplicação de quatro entrevistas, as quais estavam baseadas em um questionário estruturado pré-estabelecido. Tais mulheres foram recrutadas por meio de publicações nas mídias sociais, como *Instagram* e *Facebook*, feitas pelas pesquisadoras, por via de acessibilidade ou conveniência, considerando o viés do presente estudo. As entrevistadas foram quatro mulheres com idades de 23, 24, 35 e 46 anos, residentes do Oeste do Paraná, e a duração das entrevistas variou de 30 minutos à 1h.

É importante salientar que o presente estudo não se configura como um estudo de patologização ou polarização, tendo por objetivo realizar uma interpretação analítico-comportamental sobre o fenômeno em questão. Neste sentido, é válido destacar que a interpretação não esgota possibilidades de exame do fenômeno, e os trechos que aqui serão apresentados são recortes feitos com a finalidade de tentar construir interpretações e alcançar objetivos deste trabalho. Dessa forma, as participantes serão denominadas como P1, P2, P3 e P4, a fim de que a identidade das mesmas seja preservada, conforme o proposto.

Com os dados obtidos, é possível observar que, de maneira geral, a violência física e psicológica se constitui como um forte fator cultural. Em relação à ontogênese (história comportamental de cada indivíduo), percebe-se que esta tem influência no comportamento das mulheres à medida em que favorece suas permanências nos relacionamentos abusivos. Entretanto, a mesma não se compara com a cultura, que, diante dos relatos, apresentou forte destaque e presença. É importante salientar, de todo o modo, que as topografias da violência serão analisadas com os aspectos ontogenéticos que foram extraídos da coleta de dados. Portanto, ao nos dirigirmos às práticas culturais, os aspectos ontogenéticos serão utilizados como exemplificação dos comportamentos identificados.

Dando início à temática proposta pela entrevista, ao questionarmos as participantes sobre se considerarem ou não vítimas de violência física ou psicológica, P1 afirma classificar ser vítima de ambas violências, trazendo o seguinte relato: “*No meu primeiro relacionamento que fiquei 3 anos, ele quebrou minha perna, tenho até cicatriz, quebrou a minha perna e meu dedo, ele já tentou me afogar; esse nariz ele quase quebrou (sic)*”. P2 também ressalta as violências vivenciadas: “*Ele me xingava e me ameaçava, jogou um controle em mim, uma vez ele quase quebrou meu nariz e me enforcava (sic)*”. O mesmo se repete no relato de P3, que também afirma ter sofrido várias agressões físicas e psicológicas: “[...] *começou a agressão*

psicológica, falando que eu não ia conseguir mais ninguém, que era feia e burra, e sobre agressão, era soco, chute, tenho cicatriz na minha perna, dente quebrado (sic)”. Por fim, P4 destaca: *“eu era maltratada psicologicamente, com traição, abuso desse tipo, no começo foi bem turbulento, ele me dava vários socos [mostrou a entrada na cabeça] (sic)”*.

Considerando o exposto, avalia-se que as participantes passaram por situações de extrema violência, tanto física (como chutes, socos, enforcamento) quanto psicológica (como humilhações, chantagens, manipulações). No entanto, observa-se presente nestes relatos a predominância de alguns comportamentos agressivos que fazem parte da nossa própria cultura, a ponto de conceitos atuais darem nomes aos seus contextos, como, por exemplo, o chamado *Gaslighting*. Essa prática consiste em uma forma de violência psicológica de manipulação, na qual a mulher acredita ter enlouquecido ou estar equivocada. Outra prática é o denominado *Orbiting*, que representa a insistência de uma das partes em continuar a acompanhar a vida da outra após o término do relacionamento. Além destes, também há o conhecido *Slut-Shaming*, que está muito presente nos discursos das participantes, consistindo em agressões que ferem a autonomia da mulher, causando danos físicos e emocionais (ESPÍNOLA *et al.*, 2020).

A partir disso, quando questionadas sobre como avaliam o relacionamento vivenciado, as participantes trouxeram, em totalidade, que no início da relação os companheiros eram amáveis e atenciosos. P1, à exemplo, afirma que o companheiro era inicialmente carinhoso mas que, após um tempo, passou a introduzir as manipulações com o objetivo de que ela parasse com alguns comportamentos (como deixar de se maquiar ou usar determinadas roupas).

Aqui já é possível observar o aspecto cultural introduzido no comportamento do agressor. A prática que é denominada *slutshaming*, como ressaltado anteriormente, caracteriza justamente uma violência psicológica cometida contra a mulher que fere sua autonomia e que provoca danos emocionais. Um exemplo é o relato de P1: *“eu também usava bastante roupa curta né, daí ele começou a não deixar eu usar roupa curta, a não deixar usar salto, praticamente nada, nem me maquiar eu podia, se fosse fazer sobrancelha ele se incomodava sabe (sic)”*. Neste caso, nota-se uma consequência no comportamento da mulher, em que ela deixa de realizar alguns comportamentos e também passa a se sentir culpada pelo ato que tinha antes, como no relato em que aponta que: *“eu também usava bastante roupa curta né [...] (sic)”*, como se tal comportamento fosse realmente passível de punição.

Skinner (1953, 1971) aponta que o repertório de um indivíduo será composto por aquilo que ele conceitua como certo ou errado de acordo com a sua cultura. Sendo assim, e

considerando que o que é “certo” ou “errado” é organizado também diante da ontogênese, à exemplo do discurso de P1, observa-se a presença e influência das práticas culturais, bem como da própria ontogênese, no comportamento do agressor. Um exemplo disso se dá na medida em que a utilização de roupas curtas e outros determinados comportamentos femininos passam a ganhar uma conotação pejorativa puramente cultural, utilizando-se de reforçadores como respeito, elogio, admiração, entre outros, e até mesmo a ausência de punições, como moeda de troca no comportamento manipulativo deste agressor. Além do mais, vale ressaltar que estas práticas culturais também são impostas à mulher, uma vez que esta terá seu comportamento controlado a partir dessas e outras contingências, mesmo em situações em que ela saiba discriminar a veracidade destes comportamentos.

Nota-se, portanto, que os aspectos reforçadores presentes nas contingências destes relacionamentos abusivos são muito diversificados e particulares à cada vítima, visto que estão relacionados à suas próprias ontogêneses. Em outras palavras, para cada mulher há um aspecto predominante neste relacionamento que a reforça a permanecer (à exemplo disso, nos relatos obtidos, observa-se a questão financeira enquanto reforço negativo para P1 e P2, e os comportamentos carinhosos de seu abusador para com os outros no caso da P4).

Ademais, as práticas de dominação masculina podem ser novamente identificadas, agora com relação aos reforçadores negativos anteriormente descritos: “*a questão financeira, eu tinha casa e carro e minha mãe sempre falava que isso era algo importante, então essas coisas me mantiveram (sic)*” (P1); “*Talvez, dinheiro [era o que me mantinha no relacionamento] né? Talvez eu gostasse dos luxos que eu tinha (sic)*” (P3); “*foi mais a questão da família [que me manteve no relacionamento], porque eu estava esperando minha mãe se formar; além disso, minha mãe sempre foi muito ruim, se eu voltasse para casa ela ia socar minha cara [...] (sic)*” (P2). À vista disso, percebe-se a relevância de aspectos como dinheiro e *status* social. Tais elementos caracterizam-se como fortes práticas culturais que implicam, conforme visto, na permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos.

Outros aspectos muito presentes na violência psicológica são as chantagens emocionais e financeiras. Frases como “se você me largar não irá conseguir se sustentar, porque você é inútil” ou “pense como irão ficar seus filhos se nós nos separarmos” podem interferir diretamente na decisão da mulher. Normalmente, o agressor utiliza outra pessoa como forma de chantagear a mulher a permanecer nessa relação, como filhos, ou até mesmo outros familiares como a mãe ou o pai (PEREIRA *et al.*, 2018). Este contexto se faz presente no discurso de P2, no qual o agressor utiliza dos pais para chantagear: “*[...] começou a agressão psicológica, falando que eu não ia conseguir mais ninguém, se não tiver comigo eu*

ia passar fome, até o irmão dele disse que se eu saísse eu ia voltar para a casa dos meus pais, porque meus pais eram mais humildes (sic)”.

Mais uma vez, os fatores das práticas culturais são observados, desta vez inseridos nestes relatos. A imposição cultural feita sobre as mulheres para que pensem primeiramente em seus filhos e em sua família e depois nelas ressalta essa violência simbólica. Outros exemplos podem ser encontrados quando se analisa a diferença salarial entre os gêneros: mulheres culturalmente recebem menos que os homens, o que pode influenciá-las a pensar que não conseguiriam se sustentar sozinhas, constituindo outro fator que pode implicar em sua permanência no relacionamento violento (PEREIRA *et al.*, 2018).

Skinner (1971, 1973), em seu livro “O Mito da Liberdade”, aponta que alguns comportamentos são controlados por meio do reforço negativo a longo prazo que, por conseguinte, retarda as consequências e impede a obtenção da liberdade. Normalmente, isto ocorre quando é utilizado o reforço de maneira intencional (SKINNER, 1971, 1973), em que o agente de controle (agressor) utiliza-se de algo para se beneficiar em torno do controlado (vítima), como, por exemplo, na utilização das questões financeiras por meio da prática do *Gaslighting* (violência psicológica de manipulação), na qual o abusador passa a manipular a vítima, dizendo que esta não irá conseguir se manter financeiramente sem ele, atrasando a consequência objetivada (a liberdade da mulher). Esta situação pode ser analisada no discurso de P2: *“eu não tinha dinheiro e nem profissão, ele falava que eu ia passar fome, não tinha profissão nenhuma, nada (sic)”*.

À vista disso, ressalta-se que os aspectos financeiros, assim como a religião, governo e educação, fazem parte da nossa cultura (SKINNER, 1953, 1979, 1981, 2003). Dessa forma, considera-se que todos os participantes de nossa atual cultura ocidental são conduzidos pela economia e esta, por sua vez, torna-se uma grande forma de controle de maneira geral. Não obstante, percebe-se, portanto, que a parte financeira é um dos principais controladores para a permanência da mulher nos relacionamentos abusivos, visto que, conforme já detalhado, o medo de não conseguir se sustentar se faz presente à medida que em nossa cultura consta a violência simbólica entre os gêneros (como a maior remuneração à homens do que à mulheres em um mesmo cargo, por exemplo).

Além da questão financeira, identificamos também a influência da cultura diante ao histórico familiar, implicando no repertório das vítimas. É importante ressaltarmos que a cultura familiar não implica somente na naturalização da agressão, mas influencia diretamente na permanência no relacionamento, por conta dos valores familiares que são estruturados pela cultura. Quando questionadas sobre a opinião de sua família e se isso teve relevância na sua

permanência nesses relacionamentos abusivos, as participantes confirmaram que sim. No entanto, cada participante teve uma influência diferente, conforme já visto em relação à particularidade característica da ontogênese, como, por exemplo, no relato de P2: *“Naquela época meu pai não queria que eu separasse, porque eu era adolescente e achava que era exagero [...] Eu fiquei triste, porque fiquei com medo dele não me aceitar, fiquei preocupada mais com meu pai do que com minha mãe (sic)”*; além dela, P4 também relata algo semelhante: *“Na minha primeira separação toda minha família me julgou por eu ser uma pessoa separada, de certa forma implicou por um tempo na permanência no segundo relacionamento, pensava no que minha família ia falar de eu separar de novo (sic)”*.

Levando em consideração os relatos anteriores, quando questionadas se em seu ambiente familiar constava históricos de agressões, todas responderam que haviam agressões físicas e psicológicas tanto entre os pais quanto deles com elas. No relato de P2 e P1, a mãe é o sujeito por trás destas agressões: *“Na minha infância a minha mãe sempre foi bem brava, ela me batia muito muito muito, de soco, chute, fio, de tudo, por qualquer motivo [...] (sic)”* (P2); *“Ela me chamava de vagabunda, se fizesse alguma coisa ou se ela chegasse em casa e eu não tivesse limpado a casa, ela pegava e batia minha cabeça na parede, ela judiava demais [...] (sic)”* (P1). Na fala de P1, inclusive, é possível perceber as consequências destas agressões vivenciadas e assistidas: *“No relacionamento da minha mãe e do meu pai, eu via minha mãe apanhando, então eu achava que eu também tinha que viver aquele relacionamento abusivo (sic)”*. Esta última fala representa a influência relacional do ambiente com o comportamento.

Skinner (1979, 1981, 2003) afirma que o ambiente no qual vivemos, seja ele familiar ou social, controla todo tipo de comportamento, sejam eles amorosos, de ódio, raiva, ressentimento ou outros padrões. A partir disto, é possível perceber que indivíduos que crescem em um ambiente em que a violência predomina, conseqüentemente desenvolvem padrões de comportamento agressivo em sua ontogênese, compondo seu repertório. Assim como no discurso anterior, observa-se que isso é naturalizado, visto que a mulher já vivenciava esses comportamentos em casa na infância. Quando passa, então, a vivenciar em um relacionamento “amoroso”, será presumivelmente difícil identificar tais padrões como sendo abusivos, dado o histórico cultural e familiar.

Deste modo, considerando o exposto, podemos destacar também algumas consequências produzidas após estas mulheres vivenciarem a violência em seus relacionamentos, como reproduzir padrões de agressividade em seus repertórios. Isto pode ser constatado a partir da fala de P2: *“[...] eu me tornei agressiva, hoje interferiu no meu jeito de*

ser, nunca acreditei que poderia ter um relacionamento normal e agora com meu namorado a gente tá namorando faz quatro anos e eu me tornei agressiva, toda vez que alguém me machuca eu vou pra cima (sic)”.

Skinner (1971, 1973) reitera que o comportamento agressivo, em grande parte, não é direcionado necessariamente à fonte do estímulo, podendo ser deslocado para qualquer outra pessoa ou objeto. No caso de P2, nota-se que o comportamento agressivo da vítima não é voltado ao agressor, mas à outras pessoas (como sua família e o atual namorado).

As pessoas adquirem esses comportamentos agressivos principalmente pelo fato destes terem sido reforçados, ou, em outras palavras, pelas consequências reforçadoras produzidas (sejam elas positivas ou negativas) (SKINNER, 1971, 1973). Desta forma, percebe-se uma relação à vista do comportamento do agressor: este, conforme já explanado, é reforçado pela própria cultura e a mulher pode passar também a emitir padrões de agressividade justamente pelas consequências envolvidas (não ser mais agredida), passando a ser a agressora em outras relações.

Além disso, a mulher pode também exibir o comportamento agressivo em seu repertório comportamental à medida em que utiliza-se da fuga e da esquivas para evitar entrar em contato com estímulos indesejados pertinentes às contingências aversivas e exploratórias vivenciadas no relacionamento abusivo. P2, por exemplo, aponta que, além de desenvolver a agressividade, passou também a evitar relacionamentos: *“eu não queria ninguém perto de mim, me escondia, fugia dos relacionamentos, até casamento, então virei uma sem vergonha e não queria saber de nenhum homem, estava sempre na defensiva (sic)”*. Considera-se, portanto, que repertórios de fuga e esquivas podem ter papel importante para evitação de contingências aversivas e exploratórias, tipicamente presentes em relacionamentos abusivos. No entanto, ressalta-se a problemática intrínseca ao próprio ponto, uma vez que o fortalecimento de padrões de fuga e esquivas não são tão úteis na geração de padrões de contracontrole (enfrentamento da violência), na medida em que mantêm o indivíduo “a salvo” das coerções presentes no contexto vivenciado. Ainda assim, trata-se de um tipo de repertório desenvolvido no âmbito deste tipo de relação e, portanto, funcional (SKINNER, 1971, 1973).

Retornando, por ora, aos fatores que podem influenciar as mulheres a permanecerem nesses relacionamentos agressivos, podemos citar a religião, uma das mais poderosas agências de controle, a qual faz parte da cultura e é muito difícil de ser modificada (PEREIRA *et al.*, 2018). Em algumas culturas, as religiões têm como princípio que as mulheres obedeçam e sejam passivas em relação a seus pares. Além disso, quando casadas, devem permanecer no relacionamento até a morte. Sendo assim, quando são submetidas a agressões e optam por se

separarem, são julgadas pelos familiares ou entes próximos pela sua decisão. Por medo de serem julgadas tanto pela decisão quanto por esses comportamentos agressivos, permanecem no relacionamento para não sofrerem mais ainda (PEREIRA *et al.*, 2018).

Ao analisar os relatos, percebe-se que a religião influenciou o comportamento das participantes por meio da opinião da família e da sociedade. Quanto à isto, citamos o relato de P3, quando questionada sobre a influência da religião em sua permanência no relacionamento: *“Não teve tanta relevância, mas um monte de gente ficava falando pra eu pedir pra Deus, que eu ia pro inferno [...] (sic)”*. Nesta fala nota-se que a participante é colocada em uma situação onde a separação a levaria ao inferno, de acordo com a sua própria fé, e que a solução para tal seria pedir à Deus o auxílio na tomada desta decisão. Tratando da religião enquanto uma agência controladora, alega-se que esta utiliza-se da imagem do céu enquanto um “lugar bom” e do inferno enquanto “algo ruim”, relacionando, respectivamente, um à “legalidade” e outro à “ilegalidade”, resultando em punições para os comportamentos tidos como “ilegais” (os chamados “pecados”) sob à luz de suas doutrinas, controlando os comportamentos dos indivíduos à medida em que se explora destas imposições (SKINNER, 1979, 1981, 2003). Desta maneira, a influência da religião na permanência da mulher em um relacionamento abusivo é notória.

Por fim, questionamos as participantes sobre o que as motivou a terminar o relacionamento abusivo vivenciado, a fim de entender quais seriam os fatores relacionados não mais à permanência, mas à libertação. P2 traz, assim, o seguinte discurso: *“Cansaço, eu no começo gostava bastante só que eu cansei de apanhar, eu cansei de ficar ouvindo aquilo [...] (sic)”*; já P3 ressalta: *“Foi a questão da sobrecarga mesmo, a instabilidade no meio do relacionamento (sic)”*; para P1, quem auxiliou sua saída do relacionamento abusivo foi sua irmã, visto que em determinado dia esta testemunhou uma agressão dentro do carro e, então, discriminou junto à vítima toda a situação vivenciada.

Dessa forma, observa-se que o principal fator envolvido na saída destes relacionamentos é não somente o grau de aversividade da violência, mas também o tempo de exposição a ela, sendo essencial o acesso à redes de apoio (sendo irmã, amigos ou outros), uma vez que, por consequência destas violências, as mulheres acabam perdendo sua autonomia e auto-estima, sentindo-se incapazes de sair dessa relação sozinhas (ou até mesmo de discriminá-las). Além disso, como destacado, os agressores apresentam um repertório controlador que utiliza da violência física e psicológica para controlar o comportamento da mulher (PEREIRA *et al.*, 2018). Nessa perspectiva, a mulher é controlada pela cultura e por seu companheiro, todavia, há grandes consequências além do sofrimento psíquico e físico, tais

como a diminuição da autoestima, da autoimagem, a ansiedade, a sensação de perda de controle, a solidão, a culpa, entre outros (PEREIRA *et al.*, 2018).

Skinner (1979) indica que a ansiedade é um estado emocional geralmente desencadeado por meio do comportamento de evitação, como fuga ou esquiva de contingências aversivas. Normalmente quando as mulheres estão sofrendo violências, preferem não comentar ou falar sobre para não lembrar e vivenciar esse momento novamente. Esse processo pode ser descrito comportamentalmente como uma esquiva experiencial, em que o indivíduo é reforçado a não entrar em contato com estímulos pré-aversivos aos contextos em que a violência ocorre.

A possível tomada de decisão (neste caso, favorável ao término e à saída deste relacionamento) também pode ocasionar uma ansiedade, sendo o autocontrole um aspecto bem importante e influente neste momento, podendo ser fortalecido por contingências em que haja reforçadores positivos concorrentes. Logo, diante dessa situação, pode ocorrer um rompimento (SKINNER, 1979).

A respeito do autoconhecimento, Skinner (1974) ressalta que é de origem social, no entanto, é adquirido quando a pessoa se torna importante para si mesma, no sentido de passar a estar sensível às contingências controladoras de seu próprio comportamento. Nesse âmbito, há também a autoestima, que é caracterizada quando a pessoa está satisfeita com o seu modo de ser (SKINNER, 1974). Dessa forma, a mulher vítima de violência apresenta uma diminuição desses tipos de repertório, se sentindo incapaz, com medo de rejeição, ou perdendo a confiança em si mesma. Esses fatores podem influenciar em sua tomada de decisão e, principalmente, na busca por ajuda, uma vez que se sentem culpadas pelo que está acontecendo.

Nas contingências que geram o sentimento de culpa também estão presentes as influências por parte de algumas agências controladoras, tais como o governo e a educação, que especificam algumas ações como ilegais, e aplicam punições em comportamentos contra-controladores (SKINNER, 1971). Dessa forma, quando a pessoa realiza algo que é considerado inadequado para a cultura, é conseqüentemente punida, sendo julgada pelo seu comportamento (GUILHARDI, 2002).

Em suma, quando as mulheres decidem denunciar seus pares pelas violências, a sociedade as julga e as culpabiliza, como no exemplo: “para você ter apanhado, deve ter dado algum motivo”. E isto está explícito desde as práticas culturais da sociedade como um todo quanto nos comportamentos das próprias instituições de segurança. Sendo assim, a mulher acaba se sentindo culpada pela situação de violência à qual é exposta, não tendo uma visão

crítica sobre esse controle aversivo de que é vítima. Contudo, passa a mudar seus comportamentos, aceitar os julgamentos, e achar que essa agência controladora está certa, fazendo-a permanecer nesses relacionamentos (GUILHARDI, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visou compreender as variáveis ontogenéticas e culturais que podem manter as mulheres em relacionamentos abusivos, sob o viés da ciência analítico-comportamental, interpretando as atribuições das mulheres vítimas de violência física e psicológica em relação a essa experiência vivida. Cabe aqui ressaltar que o presente trabalho não teve como objetivo o estabelecimento de características universais, ou finalidades comparativas, mas sim, visou a singularidade de cada mulher que vivenciou essa violência, em contraste com aspectos gerais de natureza cultural. Logo, os resultados obtidos na pesquisa não são definitivos, exatos ou comprobatórios (dada a limitação em relação ao número de participantes), mas contribuem para a abertura de uma nova problemática ou à recomendação de estudos mais aprofundados sobre o tema, uma vez que pouco se discute sobre os fatores ontogenéticos e culturais que permeiam essa violência. Dessa forma, considera-se que é importante buscar e refletir sobre nossas práticas culturais ocidentais e, mais especificamente, brasileiras, que contribuem para o aumento dessas violências, implicando fortemente na saúde psicológica da mulher.

Foi possível constatar que as mulheres entrevistadas têm muito a dizer sobre as suas experiências, trazendo consigo em seus relatos os aspectos culturais e ontogenéticos que implicaram em sua permanência nesses relacionamentos abusivos, também apresentando muitas consequências dessa violência que implicam até hoje em seus comportamentos, como, por exemplo, transtornos depressivos e de ansiedade, diminuição da autoestima e também comportamentos agressivos como forma de esquiva à estímulos aversivos.

Nessa perspectiva, Skinner (1971) discorre que as agências controladoras (economia, religião, governo e educação), de certa maneira, compõem um conjunto de valores que explicam como uma cultura funciona. As características passam pelos seus membros e são transmitidas a outros, logo, quanto mais indivíduos transmitirem uma cultura, maior será sua chance de sobrevivência. Assim, observa-se que a violência contra a mulher está presente em nossa cultura e está sendo transmitida cada vez mais, compondo a cultura e também a ontogênese de cada um. Em outras palavras, a violência faz parte da cultura tanto do agressor,

bem como da mulher, uma vez que é algo que vem sendo praticado há muito tempo pela nossa sociedade.

Pode-se findar a partir disso, que a cultura tem grande influência tanto na permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos, bem como no comportamento do agressor. Observa-se que os relacionamentos abusivos são reflexos da cultura atual, ou seja, algumas violências como *gaslighting* e *mansplaining* são exercidas sobre a mulher pela própria sociedade, de certa forma reforçando o agressor a utilizar-se desses meios para agredir a mulher, seja de forma física ou psicológica. Além disso, aspectos culturais como o repertório reforçado no âmbito familiar, religioso e principalmente econômico impactam fortemente no repertório da mulher, uma vez que são considerados aspectos que devem ser pensados antes de qualquer decisão, implicando fortemente na aceitação e na permanência em relacionamentos abusivos.

Em relação à ontogênese, constata-se que também tem grande influência na permanência das mulheres em relacionamentos abusivos. Cabe ressaltar que a ontogênese pode ser constituída através da cultura. Podemos ter como exemplos os relatos citados anteriormente em que a mulher cresce em um ambiente familiar no qual ocorrem agressões entre seus pais, ou em uma cultura que privilegia o gênero masculino em termos de acesso a reforçadores generalizados (atenção social, dinheiro etc.). Consequentemente, a mulher poderá acreditar que tais situações são normais, tornando-as parte de seus valores pessoais. Com efeito, quando são vítimas de violência física ou psicológica acreditam que trata-se de algo normal, ou passam a se culpar por esses comportamentos, apresentando medo de denunciar, visto que é algo que faz parte da cultura. Logo, mudar essa cultura ou se contrapor a ela ocasionará mais consequências, como julgamentos etc.

Deste modo, os objetivos da pesquisa parecem ter sido alcançados. No entanto, nota-se que o trabalho não esgota possibilidades de interpretação. Por um lado, futuros estudos podem vir a lançar luz sobre outras contingências aqui não investigadas, contando com grupos de maior número de participantes, ou que visem investigar outras regiões do Brasil, por exemplo. Por outro, admitem-se avanços importantes em relação ao estudo da violência contra a mulher numa perspectiva analítico-comportamental, ampliando o espectro de informações acerca do fenômeno.

Em suma, conclui-se que a violência contra a mulher está presente em nossa cultura e não é praticada apenas pelo agressor, mas sim por toda sociedade por meio da transmissão de práticas culturais exploratórias, fato que tem profundas consequências sobre o desenvolvimento dos repertórios das mulheres.

REFERÊNCIAS

BAUM, W. M. **Compreender o Behaviorismo**. Ed. Artmed, 3º ed. 2019. Acesso em: 14/04/2021;

BORGES, N. B; CASSAS, A. F. **Clínica analítico comportamental, aspectos teóricos e práticos**. Editora Artmed, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UonRsSZneml2cGAZdIGzHZRY0xFspyCI/view>. Acesso em: 14/04/21;

DARWIN, C. **The Origin of Species**. Createspace Independent Publishing Platform. Tradução nossa, 1959;

ESPÍNOLA, M. R. B; MATOS, S. S; ALVES, A. R. Conhecimento é liberdade: os neologismos no movimento feminista brasileiro. 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook3/TRABALHO_EV140_M_D7_SA100_ID1364_11092020164640.pdf>. Acesso em: 25/10/21;

FONSECA, H, D; CRISTIANE, G, R; LEAL, B, S, N. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Centro Universitário de João Pessoa, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000200008&script=sci_arttext&tlng=p t. Acesso em: 14/04/2021;

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/11/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-2020.pdf>; Acesso 23/04/2021;

FREITAS, J. C. C; MORAIS, A. O. **Cultura do estupro: considerações sobre a violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento**. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758/60633>>. Acesso 21/10/2021;

GUILHARDI, J. H. **Análise do comportamento do sentimento de culpa**. Instituto de Análise de Comportamento; Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento. São Paulo, 2002. Disponível em: https://itrcampinas.com.br/pdf/helio/analise_comportamental_sentimento_culpa.PDF Acesso: 23/10/2021;

IMP. Instituto Maria Da Penha, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/> Acesso em: 19/09/2021;

JUSBRASIL, DIÁRIO DA JUSTIÇA. **Artigo 7 da Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10868703/artigo-7-da-lei-n-11340-de-07-de-agosto-de-2006#:~:text=Cria%20mecanismos%20para%20coibir%20a,do%20%C2%A7%208%C2%B A%20do%20art.&text=V%20%2D%20a%20viol%C3%AAncia%20moral%2C%20entendida>>

[.configure%20cal%C3%BAria%2C%20difama%C3%A7%C3%A3o%20ou%20inj%C3%BAria>](#) Acesso em: 06/11/2021;

LAURENTI, C; FONTANA, J. **Práticas de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista**. 2020. Acesso em 24/10/2021;

PEREIRA, D. C; CAMARGO, S. C; AOYAMA, P. C. **Análise Funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: um estudo prático**. Rev. Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, vol. XX, 2018. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/1En1LDPr02II_nfriMPvh3sWj_RMIgSQG/view>; Acesso 15/10/2021;

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Editora livro pleno. 2009 Disponível: file:///C:/Users/User/Downloads/docsity-sidman-m-2009-coerção-e-suas-implicações.pdf. Acesso em: 03/10/2021;

SKINNER, B, F. **O comportamento verbal** Editora Cultrix. São Paulo, 1957;

_____. **Sobre o Behaviorismo**. Editora Cultrix. São Paulo, 1974. Disponível em: <https://aweafs.files.wordpress.com/2013/08/skinner-burrhus-sobre-o-behaviorismo.pdf> Acesso em: 08/10/2021;

_____. **Ciência e comportamento Humano** (11th ed). 1953, 1979, São Paulo: Martins;

_____. **Para Além da Liberdade e da Dignidade**. 1º ed. 1971

_____. **Recent issues in the analysis of behavior**. Columbus: Merrill Publishing Company. Tradução nossa, (1989);

_____. **Selection by consequences**. 1981. Trad. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 2007. Cap 4, 129-137;

_____. **Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis**. 1969. Ed. Prentice Hall;

_____. **O mito da liberdade**. 2º ed. 1973. Ed. Bloch

TOURINHO, E. Z. **Relações Comportamentais como objeto da Psicologia: algumas implicações**. Rev. Interações em Psicologia, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/5792/4227>>; Acesso em 11/11/2021;

_____. **Sobre comportamento e cognição: O conceito de comportamento encoberto no Behaviorismo Radical de B. F Skinner**. Cap. 27, Vol. 1, 1999. Acesso em 11/11/2021.